



Sindicato leva a Defensor Público-Geral demandas de servidores

A direção do SINDIRETA esteve em reunião com o Defensor público - geral, Dr. Ricardo Batista, para tratar de demandas dos servidores da Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF. Dentre as pautas apresentadas, a mais antiga se refere ao pagamento dos exercícios findos e atrasados da GAJ, que muitos servidores aguardam. Segundo o Defensor público - geral, o órgão tem um bom orçamento próprio, mas não consegue total autonomia.

"O orçamento da Defensoria Pública é suficiente para cumprirmos com todos os nossos compromissos, entretanto, o governo não respeita nossa autonomia", explica Ricardo Batista sobre a demora nos trâmites da Secretaria de Planejamento - Seplag para liberar os pagamentos atrasados.

Outras demandas também foram levadas à direção da DPDF, como o pedido de devolução dos cedidos da carreira de Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos - SLU. A Defensoria se manifestou dizendo que irá manter estes servidores devido ao déficit de pessoal.

Com relação a ocupação de cargos comissionados aprovados pela



Ibrahim Yusef (Presidente do Sindireta-DF), Dr. Ricardo Batista (Defensor público - geral)

Câmara Legislativa cobrado pelo Sindicato, será ocupado por servidores efetivos.

Um ponto importante levantado pelo presidente do Sindicato foi a manutenção dos servidores de outros órgãos cedidos à Defensoria, onde o SINDIRETA está negociando no Grupo de Trabalho a permanência destes servidores até a consolidação

da carreira específica da DPDF. Nos próximos dias a direção do SINDIRETA irá realizar reuniões setorizadas para conversar com os servidores, saber a opinião sobre a nova carreira e também deliberar sobre o possível movimento grevista caso o governo não honre com os reajustes em outubro.



EM DEFESA DOS SERVIDORES DO GDF

PLP 257: atuação do SINDIRETA e mudanças no projeto

ATENÇÃO SERVIDORES !

A Câmara dos Deputados aprovou o texto substitutivo ao PLP 257/2016, que trata da renegociação da dívida dos estados com a união, mas que trazia inúmeros ataques a direitos dos servidores públicos de todos os poderes. No dia 10 de agosto, os deputados votaram a proposta apresentada pelo relator da matéria, deputado Esperidião Amin. Bem diferente do original, o novo texto foi resultado de um intenso trabalho desempenhado por entidades que representam os servidores.

O SINDIRETA participou de todas as discussões e sugeriu emendas que retiraram da proposta pontos como a possibilidade de demissão de servidores efetivos, a redução salarial por meio do aumento da contribuição previdenciária de 11 para 14% e o congelamento de salários, entre outros.

A proposta aprovada ainda não contempla todas as alterações desejadas pela direção do Sindicato, mas contém avanços incontestáveis. A limitação dos reajustes ao índice do IPCA ainda permanece e será objeto de novas discussões. O SINDIRETA acompanhará e continuará buscando



Câmara Federal (Brasília - DF)

alterações nos destaques, que serão apreciados nas próximas sessões, e no Senado.

“Estamos atentos a todas as questões que envolvem os direitos dos servidores públicos. Trabalhamos na construção de emendas que barrassem os itens prejudiciais e buscamos o diálogo, mostrando aos parlamentares as consequências desastrosas que ocorreriam caso o projeto tivesse seu texto original aprovado. As emendas foram apresentadas pelo deputado federal, Rôney Nemer (PP-DF), que atuou em defesa da categoria desde que o projeto foi enviado à Câmara”, ressaltou Ibrahim Yusef, presidente do SINDIRETA.



Presidentes do Sindireta-DF (Câmara Federal)



Presidentes do Sindireta-DF (Câmara Federal)



WhatsApp
Sindireta

98225-7824

facebook/sindireta

facebook



Toda sexta-feira das
10 às 11h AO VIVO
www.toptvbrasil.com